



Título: Pelo Direito à Promoção e Proteção à Saúde da Classe Trabalhadora Rumo à 5ª CNSTT.

Dia/horário: 18/03/2025 das 18h30min às 21h.

Transmissão youtube: <https://youtu.be/SkXVOIfOdZs?si=B924rHwgfvpv9fT>.

Divulgação de mobilização:

grupos whatsapp; envio email para as CTB's Estaduais; site's (<https://www.ctb.org.br/2025/02/26/5a-conferencia-livre-nacional-de-saude-do-trabalhador-e-da-trabalhadora-acontece-em-marco-participe/>).

1ª Divulgação pós conferência livre:

<https://www.ctb.org.br/2025/03/19/ctb-realiza-conferencia-livre-com-o-tema-pelo-direito-a-promocao-e-protexao-a-saude-da-classe-trabalhadora-rumo-a-5a-cnstt/>.

2ª divulgação, após fechamento deste relatório

site CTB, grupos whatsapp e envio para as CTB's estaduais.

Regulamento desta Conferência Livre

<https://wordpress-direta.s3.sa-east-1.amazonaws.com/sites/1140/wp-content/uploads/2025/02/20164144/18032025-Regulamento-Conferencia-Livre-CTB-e-Movimento-Saude-pela-Democracia-rumo-a-5CNSTT-.pdf>.

Nº Registros de Participação: 85 pessoas

Forms de registro de participação: <https://forms.gle/Kd7mxH2PKSds1WpAA>.

Pessoas mediadoras da Conferência Livre: pela CTB, Dani Moretti, Elgiane Lago, Éder Pereira. Pelo movimento Saúde pela Democracia, Getúlio Vargas.

Composição Mesa de Abertura:

Elgiane Lago, Secretária de Saúde e Segurança no Trabalho CTB.

Fernanda Magano, presidenta do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e coordenadora geral da VCNSTT.

Jacildo de Siqueira Pinho, coordenador adjunto da 5ªCNSTT.

Vânia Marques, presidenta CONTAG.

Sérgio Poletto, vice-presidente Fetar e representante da Contar.

Ronald Ferreira dos Santos, Coordenador-Geral de Articulação da Secretaria da Presidência da República.



Pessoas Convidadas:

Josilene Salles, Sanitarista e do quadro técnico do DIESAT (Departamento Intersindical Estudos Pesquisas de Saúde e Ambiente e Trabalho).

Lúcia Garcia, Economista sênior na DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Dinâmica votação:

Após as falas das pessoas convidadas foram abertas inscrições das pessoas participantes. E, simultaneamente, disponibilizado o link para votação das propostas e candidaturas.

Nº de votantes: 48 pessoas

Disponibilizado forms para votação - <https://forms.gle/MF86ibLALsmruLz38>.

Pessoas delegadas eleitas:

Titular:

Marcia Regina Viotto, 19 votos

Suplentes. Empate de 4 votos cada

Everaldo Braga

Wellington Alves

Diretriz

Fortalecimento à saúde Pública e as Políticas Públicas, na proteção à saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, diante das emergências climáticas e sanitárias, que perpassa pela melhoria das estruturas de gestão e das unidades de saúde especializadas no atendimento a trabalhadores.

Três Propostas aprovadas para a etapa nacional 5º CNSTT, com 34 votos/cada:

Ampliar a cobertura do SUS em áreas rurais e periféricas, onde os impactos das mudanças climáticas são mais severos.

Ampliar o escopo da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, elevando ao status de departamento com maior capacidade.

Promover a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) regionais/municipais com foco no acolhimento das demandas da classe trabalhadora no tocante às novas modalidades de agravos e doenças relacionadas ao trabalho com o viés do avanço tecnológico, das novas relações de trabalho e das mudanças climáticas (como insolação, desidratação e doenças respiratórias).



Demais propostas em ordem de votação (maior para menor)

Propor a inclusão da temática da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, proteção e segurança no trabalho na grade curricular das escolas e universidades.	33
Reduzir a jornada de trabalho em locais com alta exposição a riscos e agravos, como emergências e UTIs, com remuneração justa para horas extras.	33
Implementar programas de apoio psicológico e saúde mental para profissionais da saúde, especialmente após crises sanitárias e desastres climáticos.	33
Defender o fim da escala 6x1 e a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$5000,00 pela dignidade, justiça social e redução das iniquidades.	32
Combater o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, com canais de denúncia e apoio às vítimas.	32
Seguir no posicionamento para coibir as terceirizações e as privatizações, na área da saúde e segurança do trabalhador, para a gestão pública, minimizando a precarização do trabalho.	31
Fomentar a criação de mecanismos legais para que os órgãos ou serviços responsáveis pela atenção à saúde da trabalhadora e do trabalhador, inclusive os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT's (Norma Regulamentadora NR4 do Ministério do Trabalho e Emprego), sejam obrigados a fornecer informações epidemiológicas sobre o ambiente e riscos do trabalho, doenças, intoxicações por agrotóxicos e acidentes, orçamentos e outros dados estatísticos ao movimento sindical e, em especial, ao controle social do SUS.	30
Exigir a regulamentação e fiscalização de plataformas digitais e trabalhos informais, garantindo direitos trabalhistas e proteção social.	30
Responsabilizar empresas por danos à saúde dos trabalhadores decorrentes da exposição a riscos climáticos e condições precárias de trabalho.	30
Garantir condições de trabalho seguras para profissionais idosos, gestantes e pessoas com comorbidades, que são mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.	30
Ampliar o investimento público no SUS, por uma nova regra fiscal que eleve o piso mínimo federal para Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) progressivamente, até o ano de 2027, para R\$ 1.000,00 per capita (a preços de 2021) e que em perspectiva, somado aos investimentos de estados e municípios alcance 6% do PIB.	29
Fomentar ações que fortaleçam a atenção primária e exijam a compilação, dos sistemas de informação em saúde pelo Sistema Único de Saúde – SUS, todos os dados relacionados aos atendimentos realizados a trabalhadores acidentados e portadores de doenças relacionadas ao trabalho, promovendo a inclusão dos trabalhadores informais nas políticas públicas de saúde e coibindo a subnotificação de ocorrências.	29
Ampliar a integração entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os setores de trabalho	29



para garantir atendimento especializado aos trabalhadores afetados por condições precárias de trabalho e exposição a riscos climáticos.	
Debater a elaboração de legislação específica, de modo articulado entre os setores Saúde, Trabalho e Previdência Social, que garanta para as trabalhadoras e os trabalhadores, dos setores privado e público (nos âmbitos municipal, estadual e federal) ambientes adequados de trabalho, com atualização anual dos limites de tolerância, bem como o direito de recusa a ambientes insalubres ou que ofereçam risco grave e iminente à vida ou à saúde, conforme Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	29
Promover a criação de normas de segurança e saúde ocupacional específicas para trabalhadores em setores vulneráveis às mudanças climáticas, como agricultura, construção civil e transporte.	29
Lutar pela redução da jornada de trabalho em setores expostos a condições climáticas adversas, com remuneração adequada.	29
Regularizar os contratos de trabalho precários, especialmente para profissionais que atuam em serviços essenciais durante crises.	29
Exigir a ampliação da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para garantir o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho.	29
Garantir políticas específicas de equidade salarial e de oportunidades para mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+, que sofrem dupla ou tripla jornada de exploração e vulnerabilidade.	29
Manter a luta, na saúde e no trabalho, contra as desigualdades entre homens e mulheres e respeito à diversidade da sociedade brasileira.	28
Implementar sistemas de vigilância epidemiológica para monitorar doenças e agravos relacionados ao trabalho em condições climáticas extremas.	28
Criar protocolos de prevenção ao burnout e outras síndromes relacionadas ao estresse ocupacional.	28
Defender carreira inter-federativa e redução da jornada de trabalho a todas as trabalhadoras e os trabalhadores.	28
Implementar práticas sustentáveis nas unidades de saúde, como redução de resíduos e uso de energia renovável.	27
Garantir o fornecimento adequado e contínuo de EPIs, incluindo equipamentos específicos para situações de desastres climáticos (como máscaras N95 em casos de incêndios florestais).	27
Defender a revisão das Normas Regulamentadoras (NR 's), no contexto da Política de Saúde, e na perspectiva concreta de proteção aos direitos e às vidas das trabalhadoras e dos trabalhadores.	27
Criar incentivos financeiros para trabalhadoras e trabalhadores que atuam em áreas de	27



risco ou em situações de emergência climática.	
Elaborar cartilha e estabelecer convênio com Ministério Público do Trabalho (MPT), para todas as demandas vinculadas à saúde mental do trabalhador (a) para todos segmentos econômicos, em especial para as denúncias de assédio moral nas organizações públicas e privadas.	27
Exigir e monitorar a implementação da NR 1 , em especial no que tange às ações de prevenção ao adoecimento psíquico uma cultura de cuidado e resiliência que promova o bem-estar da pessoa.	27
[Defender a universalidade da seguridade social, como por exemplo, nas ações para: recompor, com números suficientes, o quadro de Auditores Fiscais especializados em segurança e saúde no âmbito dos ministérios envolvidos e o quadro de técnicos da vigilância em saúde, garantindo o cumprimento do planejamento das ações de fiscalização das condições de trabalho, direcionando-as para as atividades de maior risco de acidentes do trabalho e doenças.	26
Lutar pela manutenção da gestão pública do Seguro Acidente de Trabalho – SAT - e da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência e prevalência de incapacidade laborativa em decorrência dos riscos ambientais do trabalho.	26
Reivindicar reajustes salariais que acompanhem a inflação e reconheçam o esforço adicional em situações de crise climática e sanitária.	26
Estabelecer protocolos de segurança para pessoas trabalhadoras expostos a altas temperaturas, enchentes, secas e outros eventos climáticos extremos.	26
Criar bancos de dados públicos sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais relacionadas a eventos climáticos extremos.	26
Monitoramento da exposição ao asbestos com apoio da Vigilância Sanitária e demais poeiras minerais.	26
Monitoramento da exposição ao benzeno com apoio da Vigilância Sanitária.	26
Articular com o Sidoméstico ações de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico.	26
Priorizar a proteção de trabalhadores rurais, catadores de materiais recicláveis, garis e outros grupos expostos diretamente às intempéries climáticas.	26
Promover a conscientização sobre a relação entre saúde ambiental e saúde humana entre os profissionais da área.	25
Proporcionar atendimento psicológico para os trabalhadores do sistema prisional em clínicas localizadas fora do sistema prisional.	25
Elaborar cartilha e estabelecer convênio com Ministério Público do Trabalho (MPT), para todas as demandas vinculadas à saúde mental do trabalhador (a) especial para as denúncias de assédio moral nas organizações públicas e privadas.	25



Articular com as Assessoria Especial de Participação Social, nas Superintendências Estaduais do Ministério do Trabalho, para constituir Comitês Intergestores/grupos de trabalho com o olhar para a segurança no Trabalho.	25
Criar Legislação, nas diferentes instâncias, conforme NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA, elaborada pelo poder legislativo municipal, para todos os Municípios do Brasil, com o objetivo de redução da incidência de acidentes e de doenças do trabalho.	24
Garantir ambientes de trabalho seguros e adequados, com infraestrutura que minimize os impactos das mudanças climáticas (como sistemas de climatização e ventilação adequados).	24
Garantir transporte seguro e alojamento adequado para profissionais que precisam atuar em áreas afetadas por desastres.	24
Garantir a fiscalização no local de trabalho no âmbito da saúde ocupacional do trabalhador e da trabalhadora com programas de prevenção que sejam efetivamente cumpridos.	24
Exigir a atualização dos protocolos de segurança para incluir riscos climáticos, como exposição a temperaturas extremas e eventos naturais.	23
Realizar campanhas públicas para destacar a importância das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde e sua contribuição durante crises climáticas e sanitárias.	23
Desenvolver planos de contingência para proteger os trabalhadores da saúde durante desastres climáticos, como enchentes, tempestades e secas.	23
Fomentar estudos, avaliações técnicas para compreensão dos fenômenos de agravos a saúde mental dos trabalhadores avulsos dos portos e do campo visando atualização das normas regulamentadoras, em especial as setoriais (NR 29 e NR 31), uma atividade que vem sendo atualizada com tecnologias similares a das plataformas digitais em diversos aspectos.	23
Exigir a implementação de planos de adaptação climática nas empresas, com foco na proteção dos trabalhadores.	23
Estabelecer parcerias com sindicatos e organizações internacionais para troca de experiências e boas práticas na defesa dos trabalhadores frente às mudanças climáticas.	23
Participar de fóruns globais para pressionar por acordos climáticos que incluam a proteção dos direitos trabalhistas.	22
Defender a transição justa para uma economia de baixo carbono, garantindo emprego e direitos trabalhistas nos setores afetados.	21
Exigir a análise organizacional para identificar problemas e oportunidades na proteção da saúde da classe trabalhadora.	19
Exigir o cuidado de animais de rua, para prevenção de vetores de possíveis doenças,	19



como promoção da saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores.	
Restaurar a carga horária de capacitação dos membros cipeiros para 20 horas, independente da atividade de classificação econômica conforme CNAE da organização, tanto no serviço público quanto no serviço privado.	19
Estabelecer parcerias com organizações internacionais para troca de experiências e boas práticas na proteção dos trabalhadores da saúde frente às mudanças climáticas.	19